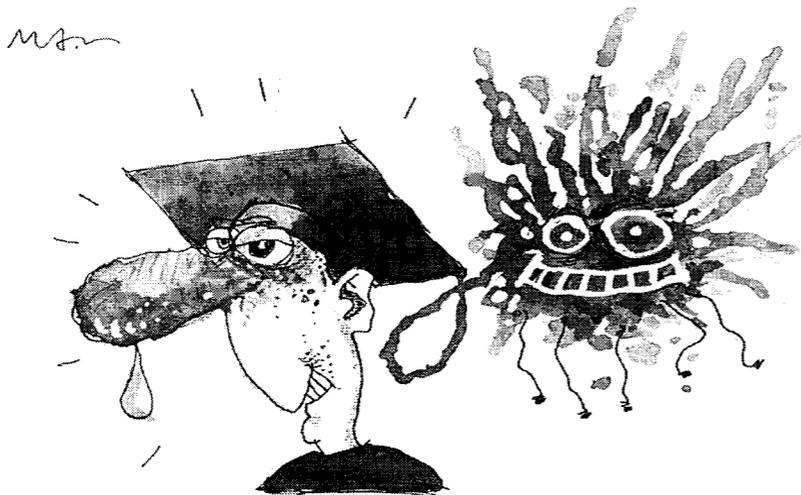


Cidades sem cidadãos

Roque Spencer Maciel de Barros



SÃO PAULO JÁ NÃO
É A "PAULICÉIA DESVAIRADA"
DO POETA, MAS É
SIMPLESMENTE UM DESVARIO

Por uma extensão do conceito de cidadão, extensão vinculada ao alargamento dos horizontes da cidade antiga, substituída, no mundo de hoje, *ao menos por enquanto*, pelo Estado-nação, que deita suas raízes nos fins da Idade Média, com o desabar do sonho do Sacro Império, que ainda alimentava nostálgicamente o *De Monarchia* de Dante – por uma extensão, dizíamos, do conceito de cidadão, o *polites* da *pólis* antiga, a cidadania se define hoje pela pertença do indivíduo, com seus direitos e deveres e sem prejuízo de sua privacidade, ao referido Estado-nação. Mas a ligação do cidadão com a cidade, a *sua* cidade, continua a existir nesse quadro mais amplo: até o vocábulo que o designa é derivado não da nação, mas da cidade, que é o local privilegiado em que vive e lhe outorga direitos e deveres específicos em relação a ela.

Essa reflexão nos é ditada pelo que vem acontecendo com a nossa cidade, essa São Paulo, a “paulicéia desvairada” de Mário de Andrade que, de figura poética ou retórica, se tornou uma autêntica realidade. São Paulo já não é a “paulicéia desvairada” do poeta, mas é simplesmente um desvario. Talvez o destino de toda cidade agigantada, que cresce além das dimensões que o humano pode abarcar, que transforma cada indivíduo, perdido no anonimato da multidão, em mero átomo social, objeto de estatísticas e, portanto, mero número despersonalizado, seja, no fundo, em grande parte, semelhante ao de nossa desalmada metrópole. Ortega já denunciava o *gigantismo* como uma verdadeira doença de nosso tempo e Röpke compreendia, com ele, que a *solitude* – diferentemente da *soliti-*

ção de que todos às vezes necessitamos, até para nos encontrarmos – cresce e envolve os seres à medida que a cidade se expande e os torna irreconhecíveis uns para os outros, dando lugar à multidão solitária que David Riesman estudou. Stuart Mill, ferrenho defensor da individualidade, mas preocupado sempre com a sorte de cada um, considerava que um mundo em que não houvesse lugar para a solidão não poderia ser tolerado: pensava, contudo, na solidão buscada para o encontro do indivíduo com ele próprio, não nessa solidão, moderna, em muito semelhante à que Hannah Arendt assinalou nos regimes totalitários.

Parece-nos, entretanto, que a nossa São Paulo, aquela agradável cidade que conhecemos nos anos 30 e à qual nos radicamos nos anos 40 – e

talvez ainda conservasse uma face humana nos anos 60 e 70 –, disputa hoje a primazia, entre as grandes metrópoles, de ser a mais desumana e a que mais impele os indivíduos para o isolamento, não a solidão reflexiva, mas a solidão que nasce do medo e da incapacidade de convívio, dominada pelo crime e pela total desvalorização da vida, pela insegurança que transforma cada homem, à revelia de si mesmo, senão no lobo do homem, pelo menos na presa de lobos revestidos, até certo ponto, da figura humana.

Durante muito tempo apontávamos o antigo maravilhoso Rio de Janeiro como um exemplo a evitar. Hoje, com os serviços públicos em petição de miséria, trânsito insuperável, insegurança generalizada, tudo isso agravado pela expansão ca-

da vez mais incontrolável do crime, especialmente o provocado pelo narcotráfico (sem falar do desemprego, que as rápidas mudanças tecnológicas e econômicas provocam e não sabemos ainda no que irão dar), deixamos bem para trás o Rio e, acreditamos, a própria Cidade do México, se bem que o destino de ambas e até o de outras metrópoles, até agora humanas, como a encantadora Buenos Aires (que começa a descambar), as encaminhem igualmente para o caos.

O desmesurado crescimento populacional, a concentração urbana nos grandes centros, tudo conduz, aceleradamente, para o caos, deixando talvez para as pequenas e médias cidades o desempenho do papel da *civitas humanas*, em que as pessoas, ainda as que não se conhecem, se respeitam e não perderam a noção de cortesia e solidariedade.

Diziam as antigas teogonias – a de Hesíodo é um exemplo – que no princípio havia o caos. Vamos aprendendo com a experiência da nossa infeliz cidade – e com as que com ela se assemelham – que o caos pode ser não o princípio, mas o fim. O que nos leva a imaginar que talvez valha a pena agarrarmos à “mentira vital” do *Pato Selvagem* ibseniano e imaginar que o fim e o princípio venham a confundir-se e, como na circularidade do tempo mítico, o caos se reordena, superando-se essa fase, gigantesca, mas dolorosa, da história do homem emparedado na cidade da qual já foi um cidadão.

Roque Spencer Maciel de Barros

é professor de Filosofia
da Educação